



Câmara Municipal de Mococa  
PODER LEGISLATIVO

PROTOCOLO			DESPACHO
Número <b>3168</b>	Data <b>06/12/2021</b>	Rubrica 	<b>ENCAMINHE-SE A QUEM DE DIREITO</b> 06/12/2021  <b>ELISÂNGELA MAZIERO</b> Presidente
<b>INDICAÇÃO Nº 482 /2021.</b>			<b>EMENTA</b> Indica ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal Anteprojeto de Lei que “Autoriza a adoção de equipamentos públicos e de verdes complementares por pessoas físicas e jurídicas no Município de Mococa e dá outras providências”.
<b>EXMA. SRA. PRESIDENTE,</b>			

**INDICO** à Mesa, cumpridas as formalidades Regimentais da Casa, no sentido de ser oficiado ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Eduardo Ribeiro Barison, para que Sua Excelência, encaminhe a esta casa Projeto de Lei que “**Autoriza a adoção de equipamentos públicos e de verdes complementares por pessoas físicas e jurídicas no Município de Mococa e dá outras providências**”.

É fato consabido que o Município enfrenta uma grave crise econômico-financeira, que tem exigido a adoção de medidas que possam garantir a continuidade dos serviços públicos. Com efeito, é notório que os serviços públicos de manutenção, operação e ampliação dos equipamentos públicos e dos verdes complementares municipais, por sua vez, sofrem com a referida crise.

Nesse sentido, a iniciativa desse Projeto de Lei prevê, necessariamente, o instituto da adoção de equipamentos públicos e de verdes complementares, visando a uma maior participação direta da sociedade que, a partir do momento em que expandir sua participação, irá desonerar os cofres públicos.

**Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 06 de dezembro de 2021.**

**NILTON CÉSAR GREGHI**  
Prof. Batata - Vereador/REPUBLICANOS



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

Vereador Professor Batata

---

## MINUTA ANTEPROJETO DE LEI

**Autoriza a adoção de equipamentos públicos e de verdes complementares por pessoas físicas e jurídicas no Município de Mococa e dá outras providências.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE MOCOCA, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições, sanciono e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizada a adoção de equipamentos públicos e de verdes complementares por pessoas físicas e jurídicas no Município de Mococa, Estado de São Paulo.

**Parágrafo único.** A adoção de que trata esta Lei não altera a natureza de bem público dos equipamentos públicos e dos verdes complementares e se dará sem prejuízo da função do Executivo Municipal de administrá-los e fiscalizá-los.

### **CAPÍTULO I DAS NORMAS GERAIS**

**Art. 2º** A adoção de que trata esta Lei será regida pelos princípios da supremacia do interesse público e da publicidade e pela promoção da participação da sociedade na gestão ambiental, bem como será, em cada caso, fruto de análise de conveniência e oportunidade do Executivo Municipal, orientando-se pelos seguintes objetivos:

I – preservação da vocação e da finalidade pública dos equipamentos públicos;

II – ampliação da utilização dos equipamentos Públicos pela



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

Vereador Professor Batata

---

população;

III – respeito às normas municipais referentes ao uso dos equipamentos públicos e à paisagem urbana;

IV – promoção de melhorias nos equipamentos públicos; e

V – desoneração dos cofres públicos, com respeito ao interesse público.

**Art. 3º** Para os fins desta Lei, consideram-se equipamentos públicos, dentre outros:

- I – praças;
- II – parques urbanos;
- III – Passarelas;
- IV – logradouros;
- IV – passeios;
- V – fachadas de prédios públicos;
- VI – monumentos;
- VIII – viadutos e pontes;
- IX – equipamentos esportivos; e
- X – empenas cegas de prédios públicos.

**Parágrafo único.** O Executivo Municipal, por meio de decreto, poderá regulamentar outros equipamentos públicos passíveis da adoção de que trata esta Lei.

**Art. 4º** Para os fins desta Lei, consideram-se verdes complementares os pequenos terrenos remanescentes de desapropriações, os taludes, as áreas vinculadas ao sistema viário, tais como os canteiros centrais de ruas e avenidas, as rotatórias e os canteiros laterais, e outras áreas aptas a serem vegetadas, porém inadequadas a receber equipamentos de lazer ou esporte.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

Vereador Professor Batata

---

**Art. 5º** A adoção de equipamento público ou verde complementar dar-se-á:

I – de forma integral, quando abranger a totalidade do equipamento público ou verde complementar; ou

II – de forma parcial, quando abranger somente espaços ou recantos do equipamento público ou do verde complementar.

**§ 1º** Fica permitida a adoção de mais de um equipamento público ou verde complementar por um mesmo interessado.

**§ 2º** Fica permitida a adoção de equipamento público ou verde complementar por grupo de pessoas, físicas ou jurídicas, interessadas.

**§ 3º** A adoção, em qualquer de suas modalidades, poderá ser ajustada:

I – por meio de execução direta das medidas de conservação, manutenção e melhorias por parte do adotante ou de prepostos por ele indicados; ou

II – por meio da doação regular de recursos ao erário, com destinação específica para fundo público sob administração do órgão ou da entidade responsável pela gestão do equipamento ou verde complementar.

**§ 4º** Fica permitida a adoção de equipamento público ou verde complementar visando especificamente à eliminação de foco de lixo na área escolhida pelo adotante ou designada pelo Executivo Municipal, caso em que haverá rol de obrigações e procedimentos de conservação, manutenção, restauro e aproveitamento a ser regulamentado pelo Executivo Municipal.

**Art. 6º** Poderão ser conferidas as seguintes contrapartidas ao



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

Vereador Professor Batata

---

adotante de equipamentos públicos e verdes complementares, conforme análise do órgão ou da entidade municipal competente, como incentivo e reconhecimento das contribuições para a gestão do equipamento público ou verde complementar:

I – instalação de elementos identificadores do adotante no local adotado ou no seu entorno, na forma prevista em regulamento;

II – inserção da identificação do adotante nas sinalizações do equipamento público ou verde complementar;

III – uso do local adotado para atividades institucionais temporárias, na forma dos §§ 3º e 4º deste artigo; e

IV – uso nas publicidades próprias dos dizeres “Uma empresa parceira de Mococa” ou “um(a) parceiro(a) de Mococa”, conforme o caso, acompanhado do brasão oficial do Município de Mococa, condicionado à magnitude da adoção formalizada, na forma do regulamento.

**§ 1º** A identificação do adotante do equipamento público ou verde complementar de que trata o inc. I deste artigo deverá respeitar as normas municipais de controle da poluição visual.

**§ 2º** A identificação do adotante do equipamento público ou verde complementar de que trata o inc. II deste artigo não ocupará mais do que 15% (quinze por cento) da superfície da sinalização.

**§ 3º** Consideram-se atividades institucionais temporárias aquelas destinadas à prestação de serviços à população, de caráter cultural, educativo, esportivo, social ou comunitário, sem fins lucrativos e de interesse público, que não envolvam atividades comerciais ou divulgação de produtos, sendo permitida a veiculação da identificação do adotante no evento.

**§ 4º** A menos que estejam detalhadamente descritos no



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

Vereador Professor Batata

---

Termo de Adoção, a realização das atividades institucionais e dos eventos dependerá de requerimento específico e de anuência prévia do órgão ou entidade municipal competente, na forma prevista na regulamentação desta Lei e no respectivo Termo de Adoção.

**§ 5º** Considerando a magnitude da doação ou adoção formalizada, na forma do regulamento, poderá ser previsto tratamento diferenciado ao adotante para realização de eventos de publicidade ou promoção, precedido de análise do órgão ou da entidade responsável pela gestão do equipamento ou verde complementar, a quem caberá autorizar a solicitação.

### **CAPÍTULO II DO PROCEDIMENTO PARA ADOÇÃO E DO TERMO DE ADOÇÃO**

**Art. 7º** O procedimento de adoção poderá ser de iniciativa do Executivo Municipal ou iniciado por manifestação de particular interessado.

**§ 1º** Observadas as características da área a ser adotada, e para garantir a promoção efetiva da segurança pública e o acesso digital gratuito em praças e parques, o edital de chamamento poderá priorizar as propostas que contemplem a qualificação da iluminação pública, a qualificação e a ampliação dos equipamentos de segurança, como guaritas e câmeras de vigilância, a expansão dos meios de acesso à internet, sempre sob gestão exclusiva do adotante, ou que prevejam a revitalização, a doação de equipamentos ou a realização de obras.

**§ 2º** Em caso de equipamentos públicos ou verdes complementares tombados, as intervenções físicas que dependam de licenciamento ficarão condicionadas à autorização do órgão competente.

**Art. 8º** Para a formalização da adoção, o órgão ou a entidade municipal competente e o adotante deverão firmar Termo de Adoção, que deverá conter, no mínimo, as seguintes disposições:



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

Vereador Professor Batata

---

- I – delimitação do objeto;
- II – prazo de vigência;
- III – obrigações assumidas pelo adotante e pelo Município de Mococa;
- IV – estimativa de valores investidos pelo adotante;
- V – plano de trabalho;
- VI – penalidades aplicáveis; e
- VII – contrapartidas conferidas ao adotante.

**§ 1º** O órgão ou entidade competente para a adoção comunicará o conselho municipal correspondente dos Termos de Adoção firmados sobre equipamentos públicos que lhe digam respeito.

**§ 2º** A adoção de monumento será objeto de instrumento próprio e específico, devendo ser elaborado Termo de Adoção de Monumento, no qual constará rol de obrigações e procedimentos de conservação, manutenção e restauro, em conformidade com a regulamentação desta Lei.

**§ 3º** O adotante deverá identificar a existência de áreas de preservação permanente nos casos de adoção de praças, parques ou verdes complementares, podendo cercá-las, caso em que essas áreas deverão ser reservadas para a preservação da biodiversidade local, nos termos definidos pelo Executivo Municipal.

**§ 4º** O adotante de parques urbanos deverá promover atividades de educação ambiental, de cuidado e de integração social entre a comunidade e seus usuários.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

Vereador Professor Batata

---

**§ 5º** Caberá ao adotante apresentar relatório semestral, no caso de adoção de parques, e anual, no caso de adoção dos demais equipamentos públicos e verdes complementares, descrevendo os investimentos, o calendário de conservação e as melhorias promovidas no local adotado.

**Art. 9º** O Executivo Municipal dará ampla publicidade aos procedimentos, às propostas de adoção e aos Termos de Adoção celebrados, que deverão constar do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Mococa.

**Art. 10.** A adoção será fiscalizada pelo órgão ou pela entidade municipal a que estiver vinculado o equipamento público ou verde complementar, que poderá aplicar penalidades, revogar ou rescindir o Termo de Adoção.

**Art. 11.** A adoção terá o prazo mínimo de 1 (um) ano e máximo de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogada por igual período, a critério do órgão ou da entidade municipal competente, observado o desempenho prévio do adotante na execução de suas obrigações.

**Parágrafo único.** Em caso de prorrogação, o plano de trabalho e as contrapartidas estabelecidas deverão ser revistos.

### **CAPÍTULO III DA DOAÇÃO DE SERVIÇOS E MELHORIAS**

**Art. 12.** Fica permitida a doação de serviços relativos à manutenção e à conservação, sem o caráter continuado que caracteriza a adoção, fazendo jus o doador à divulgação de sua identidade durante o período em que os serviços estiverem sendo realizados, conforme regulamento próprio, e mediante autorização do órgão ou entidade responsável pela gestão do equipamento público ou verde complementar.

**Art. 13.** Fica permitida a doação de obras e equipamentos



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

Vereador Professor Batata

---

com finalidade de implementação de melhorias ou revitalização dos equipamentos públicos ou verdes complementares, fazendo jus o doador à divulgação de sua identidade no espaço revitalizado ou equipamento doado na forma do art. 6º, inc. I, desta Lei durante período não superior a 2 (dois) anos, conforme previsto no Termo de Doação, o qual conterá os elementos mínimos previstos no art. 8º desta Lei.

**Parágrafo único.** A doação de obras e equipamentos com finalidade de implementação de melhorias ou de revitalização dos equipamentos públicos ou verdes complementares deverão estar de acordo com o disposto na legislação que verse sobre acessibilidade nos âmbitos municipal, estadual e federal, bem como atender às normas técnicas da ABNT NBR 9050/05, e alterações posteriores, que versam sobre os preceitos do desenho universal.

## CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 14.** Quando a adoção ou doação implicar substancial revitalização ou melhoria do equipamento público ou verde complementar, será permitida, em acréscimo às contrapartidas de que trata o art. 6º desta Lei, a instalação de identificação comemorativa às melhorias implementadas.

**§ 1º** A identificação deverá conter a data da implementação, o tipo de intervenção e a identificação das pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pela revitalização ou melhoria.

**§ 2º** A autorização para a instalação da identificação competirá ao órgão ou à entidade municipal a que estiver vinculado o equipamento público, que definirá, também, as dimensões da identificação, que estarão compreendidas entre o tamanho mínimo de 210 mm (duzentos e dez milímetros) por 297 mm (duzentos e noventa e sete milímetros) e máximo de 297 mm (duzentos e noventa e sete milímetros) por 420 mm (quatrocentos e vinte milímetros).



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

Vereador Professor Batata

---

**Art. 15.** Ficam permitidas a adoção ou a doação de áreas destinadas ao entretenimento infantil ou à recreação de animais domésticos, podendo ser realizado o cercamento desses espaços, mediante avaliação do órgão ou da entidade responsável pelo equipamento público ou verde complementar.

**Art. 16.** O plantio de árvores ou de plantas ornamentais no local adotado, bem como quaisquer outras intervenções, deverá ser autorizado pelo órgão competente e respeitar as orientações do Departamento competente e das respectivas legislações.

**Art. 17.** Fica o adotante obrigado a observar os preceitos do desenho universal, bem como a realizar a manutenção da acessibilidade já existente ou sua ampliação, atendendo ao disposto nas normas técnicas da ABNT NBR 9050/05, e alterações posteriores.

**Art. 18.** O Executivo Municipal regulamentará o disposto nesta Lei por meio de decreto, devendo indicar o órgão ou a entidade municipal responsável pelos procedimentos e fiscalização das adoções de equipamento público ou de verde complementar.

**Art. 19.** Finda a vigência do Termo de Adoção por qualquer motivo, as melhorias dele decorrentes passarão a integrar o patrimônio público municipal, sem qualquer direito de retenção ou indenização, devendo o adotante efetuar a retirada de seus elementos identificadores no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

**Art. 20.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 21.** Fica revogada as disposições em contrário.